

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Emanuela Soares de Melo

**ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – UMA VISÃO PANORÂMICA**

Belo Horizonte

2015

Emanuela Soares de Melo

**ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – UMA VISÃO PANORÂMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Sandro Vinicius Sales dos Santos

Belo Horizonte

2015

Emanuela Soares de Melo

**ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – UMA VISÃO PANORÂMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Sandro Vinicius Sales dos Santos

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Sandro Vinicius Sales dos Santos – Faculdade de Educação da UFMG

Joaquim Ramos – Faculdade de Educação da UFMG

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar forças e a oportunidade de realizar mais um sonho.

Aos meus pais, irmãos e cunhado, mas principalmente à minha mãe, que me permitiram estar aos sábados em sala, tranquila, enquanto cuidavam de meus filhos. Vocês foram maravilhosos!

Ao Mateus e ao Miguel por entenderem minha ausência e me apoiarem com seus sorrisos e abraços.

Ao professor Sandro, pela paciência e dedicação e a todos os mestres, que assim como ele compartilharam ricos ensinamentos e vivências incríveis reafirmando em mim o amor pela Educação Infantil.

À minha querida turma, pelo carinho, pelo cuidado, pelos debates, discussões e pelas risadas, enfim, por fazerem meus sábados mais leves e prazerosos, durante essa caminhada que não foi fácil.

Às queridas equipes da Regional Norte e da GECEDI, meu carinho e minha gratidão!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às instituições acompanhadas por mim durante meus quase três anos acompanhamento na Regional Norte e a todos os profissionais, que acreditam na Educação Infantil e no potencial de cada criança, independente da sua origem, cor, gênero, limitação física ou intelectual.

À todas as Acompanhantes da Educação Infantil de Belo Horizonte, em especial minha querida equipe da Regional Norte e aos parceiros Ana Paula, Andréia, Lilian e Reinaldo, muito mais do que colegas de trabalho, amigos para a vida toda, que me ensinaram muito, mas principalmente o sentido pleno de palavras como solidariedade, companheirismo, compromisso e competência.

RESUMO

Esta monografia buscou compreender os sentidos produzidos pelas acompanhantes pedagógicas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte sobre o exercício desta função. A pesquisa assumiu como aporte teórico as discussões contemporâneas sobre a educação da criança de até cinco anos de idade e a discussão teórica e política do surgimento da Educação Infantil pública e de qualidade na Cidade de Belo Horizonte. Do ponto de vista metodológico, o estudo de abordagem qualitativa buscou compreender o ponto de vista de duas professoras para a Educação Infantil sobre sua atuação recente como Acompanhantes Pedagógicas de Equipes Regionais de Educação, por meio de entrevistas. Identificou-se que para além da visão de fiscal do ensino, as acompanhantes pedagógicas da Educação Infantil são também vistas como parceiras das instituições que acompanham, além de atender à inúmeras outras demandas que não são mensuráveis no momento de sua inserção nessa função. Elas devem ser profissionais que possuam: tolerância, respeito e cumplicidade com as instituições com as quais se relacionam, para citar alguns exemplos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Acompanhantes Pedagógicas; Sentidos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantitativos de acompanhantes por idade	18
Quadro 2: Declaração étnico-racial das acompanhantes	18
Quadro 3: quantitativo de acompanhantes por área de formação	19
Quadro 4: tempo de serviço das acompanhantes na PBH	19
Quadro 5: Tempo de atuação no acompanhamento pedagógico	20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. REFERENCIAL	TEÓRICO 10
1.1. <i>Educação infantil no Brasil: Principais características.....</i>	10 12
1.2. <i>A Construção da Educação infantil pública de BH.....</i>	13
1.3. <i>Condição docente na EI.....</i>	16
2. METODOLOGIA	16 17
2.1. Escolhas metodológicas	
2.2. Apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa	21
3. CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A EMERGÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
3.1. <i>O Surgimento do C.E.I.....</i>	24
3.2. <i>A Emergência do Acompanhamento pedagógico na Educação Infantil.....</i>	28 28
4. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ACOMPANHANTES PEDAGÓGICAS DA EI	36
4.1. <i>Análise das entrevistas sobre a condição de trabalho das acompanhantes pedagógicas.....</i>	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

Conheci o atendimento das Gerências Regionais, na Rede Municipal de Educação há mais de dez anos, antes mesmo de fazer parte do quadro efetivo de Professoras da Educação Infantil de Belo Horizonte. No ano de 2000, iniciei minha trajetória na educação como Coordenadora de uma Creche da Rede Conveniada à PBH e lá tive contato com as Acompanhantes do CEI – Centros de Educação Infantil. Essas profissionais, além de realizar um acompanhamento sistemático dentro da Instituição, também ofereciam formações diversas, inclusive mensalmente com toda a Equipe da Instituição.

Quando assumi o cargo de Professora para Educação Infantil na RME/BH, em 2012, tive a sensação de que a postura do acompanhamento havia mudado um pouco. Mais centralizado, voltado para um trabalho direcionado a demandas específicas e muito distantes das professoras. O acompanhante era pouco visto pelo docente na Instituição, pois se limitava a estar com as coordenadoras e vice-diretoras em suas visitas técnicas. Uma onda de desconfiança e insatisfação tomava conta das profissionais locais. Pouco diálogo e muitas imposições sem que houvesse um debate ou explicações. A Educação Infantil na Rede Pública, que também era algo novo pra esses acompanhantes, precisava ser apresentada às novas servidoras, que chegavam com experiências diversas ou nenhuma vivência nesta área. Surge um enorme descontentamento com alguns profissionais que, muitas vezes, por não entenderem a essência do trabalho, se tornam símbolo de uma função gerando um grande questionamento sobre a função Acompanhante: Quem são as acompanhantes pedagógicas da Educação infantil? O que fazem? Para quê e para quem atuam na escola?

Ao ser convidada a participar do processo de seleção para o cargo, no final do ano de 2011, me deparei com uma grande questão: diante de tantas críticas, como assumir a posição de acompanhante? Aprovada no processo, conheci um trabalho extremamente sério e focado na qualificação da Educação Infantil do Município em todos os sentidos: formação dos profissionais, construção de documentos, atenção e cuidado às crianças, valorização do quadro docente, enfim,

muito do que eu não conseguia perceber, acontecia diariamente nos bastidores. O número de demandas e as urgências do dia a dia muitas vezes impediam este profissional de estar mais presente, atuando diretamente com os professores da instituição.

Ao iniciar o Curso de Especialização em “Múltiplas Linguagens da Educação Infantil” pelo LASEB/FaE/UFMG, me senti impelida a pesquisar sobre esta função buscando entender sua relevância na efetivação do atendimento de qualidade às crianças de Belo Horizonte.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a perspectiva das acompanhantes pedagógicas da Educação Infantil da RME/BH sobre suas condições de trabalho, assim também como entender a atuação destes técnicos nas instituições da Rede própria e conveniada do Município. Os primeiros estudos que aconteceram internamente na PBH sobre o que seria este acompanhamento já apontam a qualificação do trabalho realizado dentro das Instituições de educação Infantil:

“Visando a garantia do direito à educação, a permanência e ao aprendizado, o acompanhamento sistemático surge como uma política de intervenção, que se caracteriza por ser um processo contínuo de inserção, observação, reflexão e ação no e sobre o cotidiano escolar e suas comunidades. Esse acompanhamento pretende:

- acompanhar sistematicamente instituições de educação infantil das Redes Municipal e conveniada.
- Monitorar a implantação das UMEIs e projetos de ampliação de atendimento à educação infantil.
- Articular-se com instâncias da SMED e PBH ligadas à política de educação Infantil, Movimento de luta Pró Creches, ONGs, Universidades, Fóruns, Conselhos.- Monitorar a Política de Convênios entre PBH e as Instituições de Educação Infantil da cidade.
- Acompanhar a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino.”
(Belo Horizonte, *s.d.*)

Esta pesquisa está organizada em 4 capítulos. No primeiro capítulo apresenta questões importantes sobre a Educação Infantil e os personagens em questão, um pouco do que aconteceu e está sendo construído em Belo Horizonte, passando pela questão docente. Em um segundo momento, dará enfoque à metodologia do trabalho. No terceiro capítulo abordará o Acompanhamento pedagógico, partindo da história da Educação Infantil em Belo Horizonte. Enfim, trará a análise das entrevistas realizadas com duas acompanhantes da Rede

municipal de Belo Horizonte, seguida, apresentará as considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo versa sobre as bases teórico-conceituais do estudo. Ao longo das seções que compõem o presente texto serão apresentados e problematizados conceitos que serviram como lentes interpretativas das falas das acompanhantes entrevistadas.

Na primeira seção, apresenta-se uma caracterização da conceituação contemporânea da Educação Infantil em nosso país. Em seguida aborda a Educação Infantil e por último, a questão do acompanhamento pedagógico sob a luz da discussão teórica da condição docente.

1.1. *Educação infantil no Brasil: Principais características*

A ampliação do atendimento público destinado às crianças de até seis anos deriva do reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica. Essa é uma ideia que foi construída gradativamente em nosso imaginário jurídico.

Podemos entender como “o marco zero” da definição legal da Educação Infantil como um direito das crianças de até seis anos, no campo legislativo, a Constituição Federal de 1988. Segundo Cury (1998) essa lei oficializou uma ideia que já era amplamente divulgada e defendida por grupos sociais, como o Movimento de Luta Pró-Creches. Esses movimentos e outras ações não governamentais isoladas, já defendiam o direito da criança com idade inferior a da obrigatoriedade escolar, à educação pública e de qualidade. Segundo o próprio autor:

A grande diferença é introduzida pela Constituição de 88. Não que ela seja mágica ou uma espécie de panaceia geral para todos os males. Na verdade, esta Constituição incorporou a si algo que estava presente no movimento da sociedade e que advinha do esclarecimento e da importância que já se atribuía à Educação Infantil. Caso isto não estivesse amadurecido entre lideranças e educadores preocupados com a Educação Infantil, no âmbito dos estados membros da federação, provavelmente não seria traduzido na Constituição de 88. Ela não incorporou esta necessidade sob o signo do Amparo ou da Assistência, mas sob o signo do Direito, e não mais sob o Amparo do cuidado do Estado, mas sob a figura do Dever do Estado. Foi o que fez a Constituição de 88: inaugurou um Direito, impôs ao Estado

um Dever, traduzindo algo que a sociedade havia posto (CURY, 1998, p. 11).

Em 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), efetiva-se o conceito da criança como um sujeito de direitos, e o que antes era visto como um atendimento à família toma como foco o infante e suas necessidades não só de cuidados como também educacionais. Conforme o capítulo IV (Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer) do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania” (Brasil,1990).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, reforça a condição da criança como sujeito de direitos e a Educação Infantil passa a ser considerada direito das crianças de até cinco anos e oito meses. Esta Lei, que está fundamentada em leis anteriores (como a Constituição Federal de 1988 e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990), prevê a oferta pública desse atendimento:

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Ainda na LDBEN, a Educação Infantil passa a ser responsabilidade dos municípios, que passam a responder pela manutenção, supervisão e gerenciamento das instituições públicas e gratuitas de cuidado e educação; o que gerou novos desafios, sobretudo, no que diz respeito à inserção dessa etapa nos sistemas municipais de ensino, em especial, o de Belo Horizonte. A Educação Infantil,

como direito é um campo em construção. Além de requerer conhecimentos e atuação específicos, e de ser um campo de trabalho, sobretudo de mulheres, a educação Infantil é um campo de lutas; lutas por significados, por valores que orientam a organização das leis, das políticas e dos programas (SILVA e VIEIRA, 2008, p.14)

Para Silva e Vieira (2008), esse reconhecimento da especificidade das instituições de educação infantil corrobora com a ideia contemporânea de criança como cidadã e, nesse sentido, o estado deve assumir o dever de garantir o atendimento de meninos e meninas das famílias que assim demandarem por este serviço, de acordo com a constituição de 1988, o ECA e a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Falar da Educação Infantil no Brasil reporta às especificidades da implantação da Educação Infantil pública em Belo Horizonte. Essa é a dimensão abordada a seguir.

1.2. A Construção da Educação Infantil pública de BH

A Educação Infantil, primeira Etapa da Educação Básica, vem sendo alvo cada vez mais de investimento e formação por parte dos sujeitos envolvidos. Sabemos que apesar do reconhecimento legal e dos grandes avanços realizados, há muito que se trabalhar para que tenhamos um atendimento realmente pautado na garantia do *educar cuidando* e do *cuidar educando*, como propõe nosso Referencial Curricular Nacional (1998) e as Proposições Curriculares para a Educação Infantil de Belo Horizonte (2009).

Documentos da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-PBH) comprovam que, desde que a Educação Infantil passa a ser responsabilidade do governo Municipal muito se tem investido em políticas públicas para a garantia do direito da criança de 0 a 6 anos à uma educação de qualidade. Desse modo, o município vem construindo espaços públicos, e criando oportunidades privilegiadas de “convivência e de construção de identidades coletivas, de ampliação de saberes de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre crianças de diferentes classes sociais” (BRASIL, 2009, p.5).

Enquanto município, Belo Horizonte deve garantir “uma experiência bem sucedida de aprendizagem a todas as crianças, sem discriminação” (BRASIL, 2009,p.8) e é com este propósito que no ano de 2000, a gestão municipal intensifica o atendimento à Educação Infantil. Documentos oficiais apontam a necessidade de se adequar à normas já pré fixadas em caráter Nacional, previstas na Nova LDB,

nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Resolução 001/2000 do Conselho Municipal de Educação.

O Acompanhamento Pedagógico da Educação Infantil surge com as Novas Unidades Municipais de Educação Infantil, as UMEIs e tem como objetivo contribuir na organização dessas instituições assim também como nortear o atendimento em toda a Rede Própria e Conveniada já existente, garantindo cada vez mais a qualificação do trabalho com as crianças de Belo Horizonte.

Com uma visão cada vez mais crítica, a prefeitura se debruça sobre estudos e experiências diversas de outros estados e países e inicia a construção de seus próprios documentos, seus próprios estudos. No ano de 2009 lança a versão preliminar das Proposições Curriculares para a Educação Infantil em Belo Horizonte, um dos importantes documentos que vai nortear a ação dos Acompanhantes dentro das escolas. Através das Proposições, esses técnicos irão apontar formações e orientar o trabalho da educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

E é também a partir da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do Referencial Curricular Nacional, das Proposições Curriculares de Belo Horizonte e de outros documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que analisaremos neste trabalho a ação dos Acompanhantes Pedagógicos no dia a dia das Instituições de educação Infantil do Município. Quais as demandas deste profissional, qual a importância da sua atuação no trabalho realizado dentro das instituições de acordo com as suas próprias perspectivas.

1.3. *Condição docente na EI*

Falar do Acompanhamento e da Educação Infantil no município de Belo Horizonte é falar do professor e de sua atuação no trabalho com as crianças pequenas. A docência se faz pela mediação, mediação essa que permite ao professor, não só contribuir para a formação humana do indivíduo como também para a manutenção da memória de um povo. Nesta relação, docentes e discentes estabelecem constantes trocas, permitindo que todos aprendam e ensinem. Na Educação Infantil essa troca tem muitas particularidades, por que envolve

diretamente a família e a comunidade, que estão presentes o tempo todo na rotina das instituições. “*Trata-se aqui do cuidado com os novos chegantes e do zelo com a memória*” (Teixeira, 2007, p.426), daí a importância de se cuidar e educar neste âmbito, por se tratar de seres pouco independentes, cheios de dúvidas e ávidos por novos conhecimentos. Suas características tão singulares inspiram um compromisso muito sério por parte do educador e este profissional necessita ter para si uma concepção bem formada de quem são essas crianças. Vemos então a importância de uma formação voltada para a valorização da infância, pois, de acordo com Inês Assunção Teixeira (2007), essa relação “*poderá favorecer ou desfavorecer, impedir ou realizar experiências emancipatórias e humanizadoras nela implicados*”. O professor da Educação Infantil e demais sujeitos envolvidos no processo educativo desta fase do ensino são responsáveis por formar um cidadão, conhecedor de seus direitos e deveres perante a sociedade na qual está inserido, comprometido com questões morais, éticas e políticas de uma forma geral. E por isto surge a pergunta: quem são esses profissionais?

No que se diz respeito ao profissional que atua na Educação Infantil, podemos dizer que há muito o que avançar. Sua formação ainda “*apresenta lacunas a serem superadas*” (BELO HORIZONTE. 2009, p.12) e investir na qualificação constante deste profissional é garantir o avanço da educação infantil no município de Belo Horizonte.

O profissional da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-PBH) tem uma história singular, mas não muito diferente da história de outros sujeitos que atuam nesta fase do ensino. A Educação Infantil, na sua essência, por trazer em sua base o assistencialismo, permitiu que profissionais de outros setores ou sem formação específica fizessem, por muito tempo parte do cotidiano do trabalho nesta instância até o reconhecimento da mesma como primeira etapa da Educação Básica:

Alguns sistemas de ensino defendem que na creche podem trabalhar profissionais não docentes coordenando os grupos infantis - auxiliares de desenvolvimento infantil, recreacionistas, monitores, pajens e outras denominações - dado que a função destes profissionais não seria a de ensinar para as crianças, mas de socializá-las, garantir seu bem-estar. (BRASIL, 2013, p.9)

São muitos os nomes, muitas são as atribuições. De acordo com a pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica do Brasil, realizada entre os anos de 2009 e

2010 em sete estados do Brasil, o fator condições de trabalho deve ser bastante considerado tendo em vista que a Educação Infantil apresenta os piores índices de vínculo empregatício, os salários mais baixos e as mais precárias condições de trabalho (BRASIL, 2013). Considerar que ainda não se exige deste profissional a formação em nível superior também é importante visto que garantir a habilitação apropriada para o referido trabalho faz parte de um processo de qualificação.

Em Belo Horizonte, por exemplo, já podemos verificar que mesmo não sendo exigido em concurso público, a grande maioria dos profissionais efetivos da RME-PBH, atuando na Educação infantil são graduados. De acordo com a Gerência de Organização Escolar (GEOE/PBH) em fevereiro de 2015, a porcentagem era de 80,07%, o que significa que esses atores, conseguem perceber a importância da formação na atuação com os pequenos. E mesmo nas instituições da Rede Conveniada, onde o índice é menor, percebe-se o movimento de transformação e aprimoramento profissional ano a ano.

Um outro ponto a se tratar é o lugar do docente como acompanhante, formador de outros docentes, que estarão trabalhando diretamente com o público infantil. Este profissional deverá atuar como aliado na formação do professor no dia a dia, nas ações cotidianas, na rotina do trabalho. Daí a importância do acompanhamento *in loco*, do olhar de fora sobre as práticas na escola. Para se atuar junto a este educador, é necessário ter uma base teórica, mas também disponibilidade e escuta.

METODOLOGIA

2.1. Escolhas metodológicas

A investigação apresentada neste estudo teve a abordagem qualitativa como orientação de pesquisa. Esta escolha parte do princípio de que a abordagem qualitativa trabalha

com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Trata-se de uma análise realizada a partir da execução de um plano de ação, desenvolvido juntamente com as acompanhantes Pedagógicas da Educação Infantil da PBH. Neste sentido, a investigação qualitativa demanda do professor/pesquisador uma postura crítica e reflexiva em sua prática pedagógica evitando generalizações e pré-noções, pois de acordo com BOGDAN e BIKLEN (1994) “tal abordagem requer que os educadores sejam mais rigorosos e observadores na recolha da informação, no sentido de reconhecerem os seus próprios pontos de vista e de neutralizarem as imagens estereotipadas que podem estar a determinar seu comportamento face aos outros” (p. 284).

Com o intuito de caracterizar quem são as acompanhantes¹ da Rede foi aplicado um questionário para 42 das 48 acompanhantes da Educação Infantil da PBH. Para Marconi e Lakatos (2001, p. 201), o questionário é um instrumento de coleta de dados “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Para essas autoras, o/a pesquisador apresenta o questionário aos informantes que depois de preenchê-los, devolve-o ao investigador. As autoras postulam também que esse envio pode acontecer pelo correio, assim como o retorno dos pesquisados, o que não ocorreu. O questionário foi aplicado junto às acompanhantes pedagógicas da Educação

¹ Embora saiba que existe um acompanhante homem na PBH, usarei o termo no feminino pelo fato de a maioria ser mulher.

Infantil durante o *Fórum de Acompanhantes da Educação Infantil da PBH*², realizado em dezembro de 2014, no auditório da SMED-PBH.

Após a análise dos questionários, os mesmos possibilitaram a escolha de duas acompanhantes para realização de uma entrevista, com o intuito de analisar a perspectiva dessas profissionais sobre a função que elas exercem na Prefeitura. Conforme postulam Szymanski e Almeida (2010), a entrevista se conforma como uma situação de encontro entre duas pessoas (pesquisador e pesquisado) com “diferentes histórias, expectativas e com diferentes disposições afetivas” (SZYMANSKI e ALEMIDA, 2010, p. 87). Para elas, se por um lado o(a) pesquisador(a) possui clareza de seus objetivos com a tarefa de colher informações para sua pesquisa, para o(a) entrevistado(a), “as intenções subjacentes à sua participação podem variar e ser ou não explicitadas” (SZYMANSKI e ALEMIDA, 2010, p. 87).

Como forma de diminuir as relações de poder entre entrevistadora e entrevistadas, as entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelas participantes. As entrevistas duraram em média uma hora e foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

2.2. Apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa

O presente trabalho traz personagens provenientes da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, servidores municipais, nem todos oriundos da Educação Infantil, mas hoje pessoas profundamente inseridas no contexto e na realidade desta área.

Foi realizada a aplicação de 42 questionários que permitiram visualizar o perfil deste profissional e duas entrevistas com acompanhantes que estão em dois momentos diferentes: uma no início do trabalho e outra já há alguns anos atuando nesta função.

² O Fórum de Acompanhantes da Educação Infantil da RME/BH, acontece quinzenalmente, sob coordenação da GECEDI, Gerência da Educação Infantil. Com o objetivo de formativo e informativo, as reuniões trazem debates sobre o acompanhamento, as políticas voltadas para a Educação Infantil e formações específicas para os técnicos que atuam nas UMEIs, Escolas com turmas de EI e Creches da Rede conveniadas.

De modo geral, os acompanhantes pedagógicos da Educação Infantil da PBH, têm idade compreendida entre 33 e 59 anos, conforme análise dos questionários. Desse modo, eles estão divididos conforme o quadro a seguir:

Idade	Quantidade
De 30 a 39 anos	11
De 40 a 49 anos	17
De 50 a 59 anos	11
Não declarada	03
Total	42

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Do ponto de vista étnico, embora a maioria dos acompanhantes pedagógicos da Educação Infantil da PBH se declarem brancos, não podemos deixar de observar o expressivo número de acompanhantes que se declaram negros (pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a população negra do país é constituída pela somatória de pretos e pardos), conforme fica visível no quadro a seguir:

Branças	21
Pretas	07
Pardas	12
Não declarado	02
Total	42

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Em se tratando da formação profissional das acompanhantes, todas elas apresentam graduação em licenciaturas diversas, sendo que apenas quatro possuem curso superior de Bacharelado em Psicologia. Desse modo, percebemos que a constituição do grupo de profissionais que atuam no acompanhamento pedagógico assume um caráter multidisciplinar, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 3: quantitativo de acompanhantes por área de formação	
Normal Superior	2
Letras	3
História	1
Pedagogia	30
Psicologia	4
Não declarada	2
Total	42

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Das 42 acompanhantes, 36 declaram ter pós-graduação em cursos na área da Educação. Destes, 33 possuem pós-graduação *lato sensu* (Especialização) e 3 possuem pós-graduação *strictu sensu* (mestrado em Educação).

As acompanhantes possuem cargos de origem muito diversa, sendo que 15 são professoras Municipais (P1) de séries iniciais do Ensino fundamental; 14 são professoras para a Educação Infantil;

5 são Professoras Municipais (P2) de Nível Médio; 2 são Pedagogas. Destas, 5 possuem 2 cargos como Professora para Educação Infantil e Professora P1. As acompanhantes possuem tempo de serviço na PBH muito diversos, pois, variam de 5 a 30 anos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4: tempo de serviço das acompanhantes na PBH	
Até 10 anos	24
De 10 a 20 anos	2
De 20 a 30 anos	13
Acima de 30 anos	3
Não declarado	-
Total	42

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Em se tratando do tempo de atuação no acompanhamento varia entre 1 ano e 17 anos, conforme percebemos no quadro a seguir:

Quadro 5: Tempo de atuação no acompanhamento pedagógico	
Menos de 1 ano	4
De 1 a 4 anos	17
De 5 a 9 anos	20
Acima de 10 anos	1
Não declarado	-
Total	42

Fonte: dados produzidos pela pesquisadora

Com a inserção das primeiras professoras para Educação Infantil na função de acompanhantes pedagógicas, percebe-se que se trata de um grupo relativamente jovem, que vem se constituindo a cada dia que passa. Mas, quando surge a função de Acompanhante Pedagógica da Educação Infantil? É o que será abordado no capítulo a seguir.

3. CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A EMERGÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo apresenta uma discussão sobre as origens do acompanhamento pedagógico (que do ponto de vista de nossas análises, pode ser associado ao surgimento dos CEIs). Os CEIs – Centros de Educação Infantil, podem ser considerados os precursores do atual formato do Acompanhamento Pedagógico da Gerência de Educação Infantil (GECEDI), originado a partir do órgão da PBH que tinha a responsabilidade de garantir a formação continuada e em serviço dos profissionais da Rede (o CAPE – Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação). Isso contribuiu ao longo dos anos para a qualificação do atendimento nas Instituições Conveniadas e Escolas com turmas de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, por que até aquele momento, Belo Horizonte não dispunha de uma rede própria de atendimento às crianças de até cinco anos e oito meses.

3.1. O Surgimento do C.E.I

Os Centros de Educação Infantil (CEI) foram criados em 1994 como um grupo interno da PBH cuja função era garantir o atendimento Educacional de qualidade às crianças pequenas. Inicialmente, o CEI era centralizado na SMED e tinha como uma de suas inúmeras funções o acompanhamento da transição da educação infantil do campo da assistência para o campo educacional.

O surgimento de novas instituições (comunitárias e filantrópicas e privadas) no município não estava baseado em regras e padrões de qualidade. Prédios adaptados e profissionais sem formação específica ainda eram comuns a este tipo de atendimento em Belo Horizonte.

Nesse processo, o governo municipal se vê obrigado a promover mudanças nas parcerias e no atendimento à infância, uma vez que, a PBH ainda não possuía uma política de atendimento em espaços públicos para a população de

até seis anos. Os 13 Jardins de Infância Municipais começam, nesse período a ganhar visibilidade. O atendimento, exclusivo das crianças com idade entre 4 a 6 anos, não atende às necessidades da população, principalmente por serem de horário parcial (manhã ou tarde), mas já passam a fazer parte de uma nova concepção de atendimento e ampliam a oferta gratuita contando com essas 13 escolas específicas. Outra forma de atendimento que começa a se disseminar na PBH são as turmas de Educação Infantil que, naquele momento eram chamadas de pré-escolares, inseridas em escolas de Ensino Fundamental.

A parceria com a AMAS, Associação Municipal de Assistência Social, também trouxe contribuições consideráveis no que dizia respeito ao trabalho desenvolvido nas instituições conveniadas. Projetos que visavam formações voltadas para a administração das instituições, questões relacionadas à saúde, e também temas diretamente ligados à dimensão pedagógica foram implantados com sucesso nas instituições, trazendo novas concepções relacionadas ao cuidado e à educação.

As creches continuam a ser a grande referência de atendimento “acessível” e de baixo custo, passando a ser acompanhadas diretamente por instâncias públicas, como a Secretaria de Assistência Social, a então Secretaria Municipal de Abastecimento, a Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação (representada na figura do CEI), e os antigos Departamentos de Desenvolvimento Econômico e Social. Todas essas instâncias trabalhavam “com o objetivo de melhorar as condições de atendimento e implementar diretrizes específicas para a educação Infantil.” (Belo Horizonte, 2009, pag.23)

Os convênios, e tudo aquilo que permeava essas parcerias eram de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, mas havia indícios, cada vez maiores, de que a Educação deveria acompanhar o processo, provocando grandes debates e estudos sobre a questão. Surgem então, setores, dentro da Secretaria Municipal de Educação, que passam a estudar e atender a Educação Infantil da Cidade de Belo Horizonte. E a presença da Gestão Municipal garante a “implementação e a construção de propostas político pedagógicas nas instituições de Educação Infantil do Município” (SILVA e VIEIRA, 2008, p.19).

Faz-se necessária a transição, onde o gerenciamento político muda de mãos. A Secretaria Municipal de Educação assume a responsabilidade de acompanhar, diretamente a Educação Infantil visando assim o aprimoramento das políticas de convênio, “equacionando critérios e exigências do atendimento educacional e critérios e exigências da assistência social” (Dalben,2002) que ainda precisariam ser considerados.

Os Centros de Educação Infantil (CEIs) Regionais, surgem como órgãos públicos da Secretaria Municipal de Belo Horizonte (SMED), presentes nas nove Secretarias Regionais com o objetivo de atender exclusivamente instituições e turmas de Educação Infantil, assessorando, apoiando, supervisionando, atuando diretamente na formação continuada do professor/educador e acompanhando o tratamento oferecido às crianças atendidas. Os CEIs, também tinham como parceiros diretos, as então Secretarias do Abastecimento e dos Distritos Sanitários, assim também como a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Saúde e a Associação Municipal de Assistência Social (AMAS). Este grupo regionalizado oferecia desde formação às coordenadoras até atendimento *in loco* contemplando todos os funcionários e famílias atendidas. Por ser regionalizado, os CEIs possuíam suas próprias características no atendimento, respeitando as especificidades de sua região, entendendo cada instituição como com um atendimento próprio, atuando dentro das necessidades da comunidade do seu entorno. As equipes eram formadas por profissionais do magistério da Rede Municipal de Educação, selecionados especificamente para essa função.

“Os CEIs tiveram papel preponderante no processo de aperfeiçoamento do atendimento nas creches conveniadas com a PBH e nas escolas municipais que atendiam a Educação Infantil. A partir desse investimento no acompanhamento das práticas realizadas nessas instituições e na formação de seus profissionais, foram construídas novas concepções de criança, Educação Infantil, infância, desenvolvimento infantil e aprendizagem. A partir do trabalho dos CEI's, junto às instituições, estas foram se constituindo, de forma diferenciada, num espaço educativo. (Belo Horizonte, 2009, p.19)

Outra ação significativa do CEI foi a elaboração, implementação e realização do Seminário Infância na Ciranda da Educação, realizado a partir de 1994, com a função de trazer a público práticas inovadoras dentro do atendimento de 0 a 6 anos. Este seminário era oferecido às professoras da Rede Pública que atendiam a E.I. e também a todos os inseridos no trabalho da rede conveniada.

3.2. A Emergência do Acompanhamento pedagógico na Educação Infantil

Acompanhar uma escola pressupõe intervir na sua organização, na sua dinâmica, no seu fazer pedagógico. (BELO HORIZONTE, 2005, P.1)

Diante da ampliação do atendimento à Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, e da importância em se garantir um atendimento de qualidade, surge a necessidade de se seguir parâmetros norteadores, condizentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE/CEB). A Prefeitura de Belo Horizonte, apresenta, através da Gerência de Educação Infantil (GECEDI), atendimentos específicos, visando garantir a padronização do trabalho, se voltando para as demandas das crianças e da infância de 0 a 6 anos. Em função destes objetivos, a Secretaria de Educação propõe o acompanhamento regionalizado. As Equipes Regionais de Acompanhamento da Educação Infantil são formadas por professores da Rede, com experiência em sala de aula e que, a partir de suas vivências nas escolas, são convidadas a compor o quadro. Os educadores passam então por uma seleção interna, que conta com duas etapas: a apresentação do Currículo e do Memorial (Etapa classificatória e eliminatória) e uma entrevista com banca formada por Gerentes da Educação Básica, Educação Infantil e Pedagógico Regional, assim também como membros de setores relacionados. Aprovados nessa seleção, o profissional passa a receber formações específicas voltadas para o entendimento sobre as políticas do Município em relação à Educação Infantil; questões administrativas, questões sobre a gestão, mas principalmente formações relacionadas ao trabalho pedagógico, como por exemplo, a concepção da Rede em relação à criança e a infância, trabalho que se baseia, não só nas Diretrizes Curriculares Nacionais, mas também nas Resoluções do Conselho Municipal de Educação, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, e nas Proposições Curriculares para a Educação Infantil de Belo Horizonte.

Ao acompanhante são oferecidos Fóruns quinzenais, que trazem temas variados, do estudo de documentos a orientações de como se organizar um planejamento na Instituição, por exemplo. Tudo isso no intuito de qualificar as práticas pedagógicas que acontecem em Creches, escolas e UMEIs, entendendo que o processo de formação dos professores deve ser contínuo e pautado nas

diferentes realidades de suas instituições e de seu público. Este professor é formado e chamado a construir parâmetros de qualidade para o atendimento às crianças dentro das Unidades que acompanha. É função de o acompanhante construir, junto a esses educadores, um trabalho voltado para a promoção da igualdade, da sustentabilidade, das relações étnico-raciais e de gênero, valorizando a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade, o processo criativo, assim como tantas outras questões primordiais no processo de construção e valorização das identidades.

O acompanhante, com seu “olhar estrangeiro”, ou seja, com seu olhar de fora, identifica nas práticas cotidianas, questões positivas, construtivas e significativas, mas também percebe vícios e equívocos, que a rotina às vezes padroniza e faz parecer “normal” no dia a dia de uma instituição. A partir da observação e do diálogo, esse profissional tem a missão de entender a dinâmica do trabalho realizado na UMEI, buscando assim otimizar o que vem dando certo, contribuindo também na construção de outras possibilidades de trabalho. Com o objetivo de trazer à tona discussões ricas e relevantes para o trabalho com nossas crianças, o acompanhante deve estar atento às questões colocadas por todos os envolvidos no processo educativo dentro da instituição. O atendimento deve ser dinâmico e contempla, desde o auxiliar de serviços gerais até a vice direção, tendo sempre como foco nossos pequenos cidadãos.

A construção dos Projetos Políticos Pedagógicos de cada instituição é o início desse diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, por isso deve ser momento de estudo e reflexão, para que o mesmo não seja apenas mais um documento da escola, mas para que aconteça de forma real, palpável, rico em possibilidades de reflexão constante sobre essas crianças, suas vivências e necessidades.

Além de questões administrativas e pedagógicas específicas das instituições, é também função do acompanhante pedagógico atender a Comunidade em plantões nas Gerências de Educação, atender ao Conselho Tutelar em relação à demanda de vagas e questões relacionadas às famílias assistidas pelo mesmo, atendimento à requisições de vagas para crianças via Promotoria, organização de Encontros mensais de formação para as coordenadoras de suas regiões, contribuir para a construção de Documentos e materiais de estudo com a GECEDI, realizar estudos de demandas de vagas para a solicitação de verbas federais para a

construção de novas UMEIs, além de acompanhar todo o processo de inscrição e preenchimento de vagas das UMEIs.

Ao final de cada ano, a gerência pedagógica regional, se utiliza de um instrumento de avaliação idealizado pela GECEDI para realizar uma análise sobre o trabalho deste profissional, de acordo com a mesma, este é “ um instrumento de reflexão e sistematização para conseqüente aprimoramento do trabalho, bem como definição das equipes para o próximo ano” (BELO HORIZONTE,2014,p.1). A avaliação conta com três fases: a auto avaliação, a avaliação do gerente pedagógico e uma conversa entre as duas partes, acompanhante e gerente. Essa avaliação traz aspectos gerais sobre o trabalho desenvolvido durante o ano e permite que a equipe como um todo, mas principalmente as gerências responsáveis, definam sobre a continuidade do grupo ou o afastamento de membros do mesmo. Ainda de acordo com o documento, a Secretaria de Educação, através da GECEDI e das Gerências regionais de Educação, espera que esta avaliação:

contribua para que cada acompanhante da Educação Infantil faça uma auto avaliação criteriosa sobre seu perfil pessoal e profissional em relação a esta função e suas atribuições, forneça elementos para reflexão e elaboração de um plano pessoal para atuação no próximo ano, com maior clareza de seu papel e do que se espera de seu trabalho (BELO HORIZONTE,2014,P.2).

Tudo isso, porque se acredita que, independente do local onde nossas creches e UMEIs estão situadas, há muito mais do que a necessidade de ampliação e universalização do atendimento. Busca-se, a cada espaço inaugurado ou em cada novo convênio, a manutenção da qualidade e do compromisso e, acima de tudo, a valorização da infância, da criança e de toda a bagagem histórica e cultural, que ela traz consigo. A(o) acompanhante pedagógica(o) tem a função de garantir um atendimento pautado na igualdade de direitos, na valorização da criança, favorecendo as experimentações, o diálogo, a formação contínua dos envolvidos nesse processo. Cabe a este profissional também, contribuir na construção de novas e significativas práticas dentro de sala de aula permitindo que haja inúmeras possibilidades de uso dessas práticas fora dela, no dia a dia de cada criança. E para que isso aconteça é imprescindível que continue havendo, cada vez mais

investimentos nos profissionais que atuam dentro e fora de sala de aula. O processo educacional é dinâmico, demanda preparo e dedicação.

4. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ACOMPANHANTES PEDAGÓGICAS DA EI

Apresento aqui as análises das entrevistas realizadas com as duas professoras de Educação Infantil que hoje em dia atuam como acompanhantes pedagógicas na RME-BH.

As professoras Laura e Ana foram escolhidas por apresentarem perfis diferenciados dentro do trabalho do acompanhamento. Primeiramente em função da diferença de tempo de atuação de ambas: Laura já está há aproximadamente cinco anos na função, enquanto Ana começou a trabalhar como acompanhante no fim de 2014.

4.1. Análise das entrevistas sobre a condição de trabalho das acompanhantes pedagógicas

“Me humanizei muito neste cargo” (Professora Laura, 2015)

Entender o trabalho do acompanhamento se torna mais fácil pelos olhos daquelas que ocupam este lugar. O objetivo aqui é conhecer um pouco mais sobre esta função a partir do profissional que atua nas equipes Regionais.

A grande maioria das acompanhantes tem um histórico rico em experiências profissionais. A diversidade de tais experiências se dá em função de elas terem atuado como diretoras e coordenadoras de escolas da Rede Municipal. Muitas vezes, como no caso de uma de nossas entrevistadas, a formação acadêmica e o perfil profissional em termos de inovação pedagógica, se sobressaem e chamam a atenção de outras acompanhantes, ou de pessoas que atuam nas gerências envolvidas com a Educação Infantil. A professora Laura, por exemplo, foi convidada a fazer parte de uma Equipe Pedagógica Regional após sair de um curso

de especialização³, já a professora Ana se destaca através de sua atuação como coordenadora pedagógica tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. A mesma foi finalista no “6º Prêmio Educar para a Igualdade Racial” e no “Prêmio Educar Minas 2014”.

A experiência como gestora é um ponto relevante para a candidatura à função de acompanhante pedagógica, contudo, não é considerado inicialmente como único classificatório, visto que as formações oferecidas também tendem a capacitar este profissional no sentido de atuar como tal. A professora Laura relata que sua inserção nessa função se deu após uma recusa de sua parte por não considerar que possuía esse perfil de gestora. Segundo a professora:

“ Eu não aceitei, falei, não, não acho que é o momento, não é assim, você tem que estar preparado, tem que ter um olhar ... e eu não aceitei.

E aí, quando fui convidada desta última vez eu falei, acho que eu estou preparada, acho que agora tá legal...” (Professora Laura, 24/02/2015)

“... e são pessoas que tem, ou se não tem o perfil, querem ter este perfil de gestor.” (Professora Ana, 12/03/2015)

Fica evidente na fala da professora Ana que a função de acompanhante pedagógica é, indubitavelmente, uma função de gestão. Porém, o perfil profissional não está dado a priori; ele pode e deve ser construído à medida que as novas acompanhantes vão se constituindo no exercício da função.

Inicialmente, o acompanhamento pedagógico era formado por professoras do Ensino fundamental, mas a Gerência de Educação Infantil (GECEDI) passou a entender que professores da Educação Infantil também deveriam fazer parte deste quadro e desde então, cada vez mais, as equipes vêm recebendo profissionais que até então atuavam diretamente com as crianças pequenas em UMEIs ou turmas de Educação Infantil em Escolas de Ensino Fundamental. Hoje, o processo de seleção para as Equipes de acompanhamento privilegia Professoras para a Educação Infantil, dando prioridade à convocação das mesmas para este trabalho, o que pode ser visualizado nas falas de Laura:

³ Ela é Especialista em Educação Infantil pelo Curso de Especialização em Docência na Educação Básica (LASEB). Esse curso é fruto de uma parceria entre a SMED-PBH e a FAE/UFMG.

“E aí a questão em relação ao perfil, só haviam professoras de nível P1. Aí a Mayrce também começou a querer as pessoas da Educação Infantil, então foram acontecendo essas mudanças.

Ao mesmo tempo em que professoras que atuavam há anos no acompanhamento foram saindo e assumindo novos cargos, como a direção de UMEIs, por exemplo.” (Professora Laura, 24/02/2015)

A estabilidade era uma característica do grupo, e as professoras P1 (que em sua grande maioria eram da equipe original dos CEIs) permaneciam por anos na função chegando até mesmo a se aposentar como acompanhantes. Os muitos anos de trabalho permitiam que muitas dessas profissionais tivessem propriedade sobre suas atribuições e compromisso com o atendimento.

Havia também, a questão do prazer, do gostar do que se faz, o que ainda é um fator considerável. Atuar em uma função que exige tanto do profissional demanda interesse e dedicação, conforme apontam Laura e Ana:

“Elas falam, nossa, já vi de tudo aqui, eu já passei por muita coisa aqui, e uma das minhas colegas, uma das acompanhantes, elas viraram e falaram assim: Olha, gerência sai, mas as acompanhantes ficam” (Professora Laura, 24/02/2015)

“São profissionais que buscam entender essa política de uma forma bacana. São profissionais que gostam muito da Educação Infantil, que tem uma certa trajetória na EI na Rede, não só na própria, mas também na conveniada ou então na particular e são pessoas que tem, ou se não tem o perfil, querem ter este perfil de gestor”. (Professora Ana, Belo Horizonte, 12/03/2015)

Portanto, embora a própria GECEDI reconheça que essa função deva ser preenchida por Professoras para a Educação Infantil, ainda encontramos muitas professoras P1. Paulatinamente esse quadro vem se alterando em função da inserção de Professoras cuja lotação é oriunda das instituições públicas de cuidado e educação geridas pela SMED-PBH.

A formação inicial para se atuar nesta atividade não acontece imediatamente após a inserção nas equipes. A profissional aprovada em processo seletivo interno é convocada para a formação de novos acompanhantes, mas, isto não é algo imediato, podendo variar de dias a meses. Para ir a campo, as novas acompanhantes participam de um encontro formativo, de apenas um dia, quando

recebem uma pasta com aproximadamente 40 textos base, que buscam informar sobre o trabalho de forma geral, conforme a professora Laura explica:

“Elas vão te mostrando passo a passo o que tem lá dentro da pasta, tá? São as leis, as resoluções, tem as diretrizes, concepção de criança... São muitos textos. São muitas informações, aí você fica meio perdida assim, será que eu vou dar conta?” (Professora Laura, 24/02/2015)

As demais formações acontecem no decorrer do trabalho, como por exemplo, nos Fóruns quinzenais. Há também momentos envolvendo as instituições, como os Projetos Pilotos (formações específicas oferecidas pela GECEDI, que vem acontecendo desde 2013), os Encontros de Diretores e os Encontros Centralizados com as coordenações, onde todas as acompanhantes são convocadas à participação.

Ao analisar as falas das acompanhantes entrevistadas, percebemos que independente do tempo em que se está nesta função, o papel realizado é visto por elas como a de uma parceira das escolas que devem estar preparadas para articular as políticas municipais e a realidade de cada instituição. Assim, essas profissionais contribuem diretamente para que tais políticas sejam implantadas. É claro, que a partir do momento em que se apresenta uma linha de trabalho a ser realizada (e exige-se certa padronização no atendimento às instituições), passa-se a avaliar diariamente sobre como o acompanhamento vem sendo significado dentro das instituições acompanhadas. Muitas vezes, a profissional responsável por garantir essa articulação da realidade educacional com as políticas públicas, passa a ser vista como uma “fiscal”, que muitas vezes está ali para criticar, apontar o que há de errado ou o que não dialoga com o que a Rede solicita.

A postura diante do grupo ou da comunidade escolar que ela acompanha será determinante para a mudança deste olhar (dos membros da comunidade escolar) sobre suas ações. É neste momento que ela deixa de ser fiscal para se tornar parceira. Para as acompanhantes entrevistadas, há sim, um caráter fiscalizador dentro deste trabalho, a partir do momento se deve garantir que algumas práticas aconteçam de forma efetiva no cotidiano das instituições. No instante em que o trabalho visa garantir o cumprimento de critérios específicos de atendimento, envolvendo horários, documentações e principalmente práticas pedagógicas de um grupo de profissionais, a acompanhante se torna corresponsável pelo sucesso do

atendimento oferecido nesta ou naquela instituição. Entendendo que para isso, é necessário um olhar atento ao que acontece. De acordo com as professoras:

“ Mas se você ler nas entrelinhas, você também é uma fiscal, você não deixa de ser um fiscal, enfim, é muito parecido com o trabalho de inspeção escolar do Estado.” (Professora Laura, 24/02/2015)

*“Porque a gente vai tanto pra, é claro, **fiscalizar**, colocar, algumas questões que estão acontecendo do que é a política e também para **elogiar**, para ver o que está certo, o que está correndo bem. E também para **aprender**, em muitos casos.” (Professora Ana, 12/03/2015)*

No caso de nossas entrevistadas, fica visível a ideia de que o perfil profissional para atuar nessa função deve ser multifacetado, isto é, forjado com base em diversos elementos que permeiam as relações sociais entre a UMEI, Creches e Acompanhante. Nesse sentido, embora as duas professoras considerem que uma das funções que elas desempenham seja a de fiscalizar, são elementos constituintes do perfil da acompanhante: respeito, companheirismo, tolerância, mediação:

*“ Então eu não consigo separar, parceria, mas ao mesmo tempo eu consigo impor **respeito** e alcançar tudo o que eu preciso, os objetivos ali das diretrizes, da política do município, sem ser grossa, eu acredito né? (Professora Laura, 24/02/2015)*

*“ Então assim, a gente tem que ter paciência se gosta mesmo do que faz ... Tem que ter um pouquinho de... (**tolerância**) (Professora Laura, 24/02/2015)*

*“ Olha, é que eu tenho uma visão, do acompanhante como parceiro mesmo, **mediador** da implementação da política da Rede, né? Essa é a minha visão geral.” (Professora Ana, 12/03/2015)*

Em se tratando das atribuições desta função, as acompanhantes descrevem as atividades, ressaltando o grande número de instituições (próprias e conveniadas à PBH) que são atendidas por cada profissional. Sendo assim, o trabalho, que é denso e extremamente delicado, fica prejudicado. A sobrecarga de atividades pode comprometer os afazeres, principalmente no que diz respeito às intervenções pedagógicas. Há um movimento constante em busca de melhorias, mas as mesmas dependem de uma série de fatores, não estando sujeito apenas à GECEDI ou às Gerências Regionais. Atuar no acompanhamento exige empenho, dedicação, mas acima de tudo comprometimento com a qualidade do atendimento e a educação do município de Belo Horizonte e isso demanda condições favoráveis à atuação desta profissional.

Cabe ao acompanhante, a responsabilidade de formar e informar dentro das instituições, capacitando os profissionais direta e indiretamente. Seu olhar crítico e atento será o termômetro que permeará ações positivas e construtivas. São trabalhos burocráticos, que envolvem ações administrativas, mas há um grande envolvimento em questões relativas às famílias, aos professores e à própria gestão interna. O trabalho pedagógico, base de todo processo educacional é cuidadosamente pensado, construído e avaliado em função de mudanças e melhorias constantes:

“Fazemos, o acompanhamento in loco, a formação com as coordenadoras, com as professoras e também acredito muito que... formação com as crianças também. Bom, formação com professoras, com as coordenadoras, verificação da documentação da instituição, relatórios para a GAFESC, para o NCEI, Plano de Trabalho, Plano de Metas, Plano de Ação, participação nas formações da GECEDI, participação na formação dos Pilotos, enfim... Ahhh, as reuniões na GERED...a construção de documentos, né? Nossa, o tempo todo!” (Professora Laura, 24/02/2015)

“ E também tem a questão assim ... Se tem algum problema na Instituição e você é solicitado, você tem que estar ali envolvido, participando, tentando resolver .” (Professora Laura, 24/02/2015)

“ É acompanhar mesmo a implementação da Política de EI no município, fazer visitas in loco, dar o atestado de trabalho, avaliar mesmo o pedagógico da Instituição, incentivar os estudos, fazer os cursos, dar a formação e participar de formação ... É também contribuir para a melhoria do andamento pedagógico, isso, acho que é só ... Ah, também tem a questão de abertura de turmas, fechamento de turmas, o Plano de Trabalho . E agora nós temos uma nova atribuição que é fazer a seleção dos Auxiliares de Apoio à Educação Infantil. (Professora Ana, Belo Horizonte, 12/03/2015)

Aqui somos chamados a refletir sobre a condição desses gestores públicos que acumulam um grande número de atividades, muitas vezes complexas, e em alguns casos contraditórias. É o que podemos perceber quando é citada, entre suas ações, a seleção dos Auxiliares da Educação Infantil. Função essa que tem gerado polêmica entre os profissionais concursados. Afinal, essas contratações são controversas ao que as Proposições Curriculares e outros documentos apontam em relação à qualificação do profissional da Educação Infantil.

Há outros pontos que precisam ser repensados e é preciso avançar. Como já citado, um dos pontos negativos deste trabalho, apontado pelas

entrevistadas, o excesso de atividades e demandas prejudica a atuação efetiva em intervenções pedagógicas e no dia a dia das UMEIs e creches, nos fazeres e saberes envolvendo a Educação Infantil.

Olha, os pontos positivos é a questão mesmo de entender essa política, de ver a escola por uma outra ótica. Ter esse aprendizado da questão do gestor, poder contribuir com as questões pedagógicas neste acompanhamento, fazer valer mesmo o que a gente acredita que seja a EI, o atendimento de qualidade para as crianças. (Professora Ana, Belo Horizonte, 12/03/2015)

“ Negativo é o acúmulo de serviço, muito louco. Isso aí eles colocam o tempo todo: Muita demanda para poucas pessoas na equipe. Então acaba sobrecarregando. Enfim, eu acho que é isso... Não sei, se de repente as exigências são desnecessárias. (Professora Laura, Belo Horizonte, 24/02/2015)

“ E os negativos, às vezes é, a gente é mal... não é entendida não, sabe, às vezes a gente é mal recebida, é recebido como se fosse aquela pessoa só para ver o que está errado e apontar. E não como parceiro que deve ser dessa mediação da política. Mas e também tem a quantidade de instituições que às vezes, são muitas.” (Professora Ana, Belo Horizonte, 12/03/2015)

“ Às vezes muitas convocações né? Ah , eu esqueci de falar que tem a questão também de pedido de vaga pelo Conselho Tutelar, a questão do Ministério Público que é o cumpra-se e muitas vezes esse trabalho acaba tirando a gente do acompanhamento in loco, por que a gente precisa fazer alguma coisa burocrática que acaba, não vou dizer atrapalhando não, mas diminuindo as nossas visitas e assim a nossa contribuição lá in loco.” (Professora Ana, Belo Horizonte, 12/03/2015)

Outra característica que podemos perceber através das falas é referente ao trabalho em equipe, onde os técnicos de uma mesma regional procuram estar sempre em sintonia, trabalhando com coesão. Equipes que apresentam desfalques se revezam em ações diversas não permitindo que instituições fiquem “descobertas”, e diante de dificuldades específicas ou grandes ações, como por exemplo, o processo de inscrição, seleção e sorteio de vagas para as UMEIs, nenhum acompanhante trabalha sozinho. Há sempre um apoio prestando suporte ao companheiro, garantindo assim o sucesso de suas ações. Daí, a importância do diálogo e da parceria entre os membros das equipes regionais:

“ O bom da minha regional é a minha equipe. As acompanhantes de lá pra mim, assim, são... o que eu aprendi, aprendi muito com elas, Mas eu

aprendi uma coisa que eu comecei a construir aqui no LASEB e eu percebi muito claro isso com as acompanhantes. É essa solidariedade, o que é ser um amigo de equipe, é ser companheiro. Aprendi demais. E como eu me humanizei muito neste cargo, indo para as escolas, sabe? Estou me tornando tá, mais humana, mais sensível, tanto no olhar com as crianças como o olhar com as professoras e também com a direção, com a presidência [das creches da Rede Conveniada] , por que você tem que entender um pouco daquele lugar que eles ocupam.” (Professora Laura, 24/02/2015)

Diante de todas as questões aqui levantadas, se por um lado nossas entrevistadas apontam como insuficiente a formação inicial para investidura nessa função, elas apontam como positivas as formações realizadas ao longo do exercício da função. Para elas, o acompanhante recebe, na formação continuada, e nas ações cotidianas, suporte técnico privilegiado, capacitando-o para o trabalho. Mas, acima de tudo, é a formação humana que esse acompanhamento privilegia, formação esta que vem do relacionamento das acompanhantes com as diversas realidades das instituições e de seus profissionais. As mediações realizadas, a convivência com diferentes realidades, o atendimento à comunidade, permitem que a profissional vivencie experiências riquíssimas, tornando-o cada vez mais sensível e consciente:

“ Estando como acompanhante eu percebo a proximidade com as pessoas. Eu vou repetir : isso te torna mais humana. Na verdade, você acha que está ali ensinando, você chega e diz: Nossa, vou fazer isso! Mas você é quem está aprendendo “ (Professora Laura, Belo Horizonte, 24/02/2015)

“ Então, o ponto positivo, que eu acho nisso, é que é um lugar que te faz crescer sim, com as formações. Se aprende muito, se lida com essa questão de hierarquia, eu nunca tive problema com hierarquia. Igual eu falo, manda quem pode, obedece quem tem juízo, entendeu? (Professora Laura, Belo Horizonte, 24/02/2015)

Algumas instituições ainda insistem em se fechar para o acompanhamento, e há, portanto um enfrentamento diário, um debate constante em busca de acordos e parcerias. Há também aqueles profissionais que demandam ações sem buscar um diálogo com a comunidade escolar envolvida, não estabelecendo relações positivas. Esses são apenas alguns exemplos de barreiras consideráveis envolvendo o trabalho. Em suma, os sentidos produzidos sobre o acompanhamento pedagógico são diversos e muitas vezes descontraídos.

De maneira geral, o trabalho vem acontecendo conforme previsto pela Secretaria de Educação e suas Gerências, mas há muito que se fazer, há muito o

que se buscar para que Acompanhantes e acompanhados realizem um trabalho voltado para a construção de uma Educação Infantil que faça realmente a diferença na vida de nossas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Profissionais que atuam nas Instituições de Educação Infantil, desde o início do trabalho do acompanhante, nos antigos CEIs, entendem o acompanhamento pedagógico como uma espécie de fiscalização, pensando que esses acompanhantes, apontam o que vem acontecendo nas instituições de maneira aleatória, desconsiderando o contexto escolar. Essa visão persiste e muitos ainda são resistentes às ações das equipes regionais.

O acompanhamento é, como já citado, o “olhar estrangeiro”, a visão de alguém que está fora da escola. Este profissional, além de contribuir, também questiona, investiga e aponta mudanças, mas isso não deve acontecer de forma autoritária e impositiva. O objetivo do trabalho é construir, junto à Instituição acompanhada, instrumentos de mudança e qualificação do atendimento. A grande maioria dos acompanhantes, já entende que o diálogo é a chave para a construção de uma parceria rica em possibilidades. Algumas poucas atitudes se confundem com imposição de ideias, mas isso vem se modificando e dando lugar à construção de um trabalho inovador.

Muitos profissionais do acompanhamento já entendem a necessidade de se criar junto às escolas, uma parceria que permita que o trabalho aconteça de forma positiva dentro da instituição. Respeito e transparência são fatores principais para a construção dessas relações. Quando diretores, vice-diretores e coordenadoras passam a dialogar com o acompanhamento... Essa parceria tende a contribuir para os projetos desenvolvidos, passa-se a falar a linguagem do aprimoramento e da inovação. É comum perceber nas práticas educativas, um excesso de atividades padronizadas, engessadas em concepções ultrapassadas que nada dizem sobre a valorização das crianças, e é aí que entra a necessidade da formação, que pode e deve estar voltada diretamente para atender às demandas daquela instituição. Nesse caso, o acompanhante deve possibilitar e intermediar essas formações.

O profissional do acompanhamento pedagógico responde hoje por 6 instituições, mas em algumas regionais pode atender até 8, o que o impede de estar

mais presente e atuante nas ações cotidianas da Instituição. Há algum tempo se vem questionando se este número não deveria ser reduzido, ampliando assim o número de visitas técnicas às Instituições acompanhadas. O Técnico da Educação Infantil hoje, atua também em ações administrativas, que envolvem documentação, questões físicas, envolvendo reformas e ampliação de atendimento, além de atuar em conflitos com famílias e comunidade em geral. É fácil perceber nas falas de nossas entrevistadas o grande volume de demandas e o nível de exigências que a função exige. Diante dessas questões se faz necessária a ampliação das equipes para que as ações se efetivem e o acompanhamento se faça cada vez mais eficaz. Compreende-se nas falas e nos estudos realizados, que há necessidade de mudanças, visto que há uma sobrecarga de trabalho e um alto nível de exigências. O fazer pedagógico é prejudicado em função do acúmulo de atividades administrativas. Muitas vezes, o que permite que o trabalho aconteça é a solidariedade e a parceria entre os membros da equipe Regional. O trabalho realizado, na visão das acompanhantes entrevistadas, é importante para que as instituições realizem um trabalho de qualidade pautado no direito das crianças ao cuidado e à educação. É necessário, porém, avançar em construção de tempos e oportunidades, visando melhores condições de atendimento e de trabalho. Quem luta pela qualidade de um atendimento educacional merece respeito e reconhecimento em todos os sentidos.

Fica entendido que este trabalho apresenta limitações e não consegue trazer respostas à complexidade da discussão que o tema possibilita. O tempo, a falta de bibliografia específica e outros fatores impediram um aprofundamento nos estudos sobre a questão. É fato que pesquisar acompanhamento através do olhar do acompanhante, nos mostra apenas um lado da ação deste profissional nas instituições. Afinal, a escola e os profissionais ali inseridos deveriam ser ouvidos, por serem personagens chave do processo.

Almeja-se que este seja o início de novos e importantes estudos sobre a gestão pública no âmbito pedagógico, principalmente no que diz respeito à Educação Infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Andréia. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil - Aplicação e Análise** - Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2012.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Perspectiva de Organização para o Acompanhamento – SMED-GCPF - S.D.**

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Resolução 015/98** – DOM 21/11/1998

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **A Política de Acompanhamento de Escolas** – 2005.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Ofício 976/14 SMED/ GCPF/ GECEDI** -2014

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **PROPOSIÇÕES CURRICULARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Rede Municipal de Educação e Creches Conveniadas com a PBH.** (versão preliminar) Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Utilizações Pedagógicas da Investigação Qualitativa. In: _____. **INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994. p.p. 283 – 291.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, 2009.

BRASIL. **Docência na Educação Infantil.** Brasília, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação Infantil como direito *in* **Subsídios para credenciamento e funcionamento de Instituições de Educação Infantil** – Volume II MEC Brasília, 1998

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al. ***Educação Infantil : o desafio da oferta pública*** – Belo Horizonte : GAME/FAE/UFMG,2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. ***Fundamentos de metodologia científica*** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. ***Pesquisa Social: teoria, método e criatividade***. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 31-50.

SILVA, Isabel de Oliveira e. ***Educação Infantil no Brasil: direitos, finalidades e as questões dos profissionais***. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2008.

VILLANOVA, Laisa Kelly. ***O Programa Primeira Escola da Prefeitura de Belo Horizonte: Uma análise dos critérios de acesso às Unidades Municipais de Educação Infantil*** – Belo Horizonte, 2010.